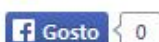


Despacho alarga perfil de habilitações para ensino de Inglês no 1.º ciclo

O Ministério da Educação reviu o perfil de habilitações dos professores que podem dar aulas de Inglês nas escolas do 1.º ciclo, no âmbito do programa de generalização do ensino da disciplina.



14-10-2005



a a



Segundo um despacho publicado quarta-feira em *Diário da República*, o Ministério da Educação atualizou as orientações quanto ao perfil dos docentes de Inglês que estão habilitados para lecionar a disciplina.

O documento, que acrescenta informações em relação a um outro despacho de 5 de julho, define que as aulas de Inglês podem ser dadas, por exemplo, por professores com cursos certificados Universidade de Cambridge, Trinity College ou Norwich Institute of Language Education e direcionados para jovens alunos.

Inicialmente, o programa do ME não exigia que os candidatos tivessem "experiência comprovada de ensino precoce da língua inglesa", fator que passa agora a integrar a lista de habilitações definidas no novo despacho. O normativo especifica ainda que estes professores de Inglês têm que ter preferencialmente conhecimentos da língua portuguesa.

"Este despacho clarifica uma falha registada no primeiro despacho sobre o perfil dos professores para lecionar Inglês", explicou Isabel Brites, vice-presidente da Associação Portuguesa de Professores de Inglês (APPI), entidade que elaborou o programa de generalização do ensino da disciplina no 1.º ciclo. Segundo a responsável, houve "um lapso" no primeiro diploma da tutela, por não incluir as habilitações que permitem, por exemplo, que as aulas sejam dadas por professores estrangeiros a lecionarem em Portugal.

Contra as alterações previstas neste novo despacho está a Associação Sindical dos Professores Licenciados (ASPL) que, em comunicado, considera escandaloso que estas aulas possam ser dadas por professores de escolas privadas quando há docentes do setor público no desemprego. "Não retirando a competência e a qualificação dos professores certificados por escolas privadas", a ASPL critica o facto de o Estado "estar a pagar subsídios de desemprego a professores subaproveitados".

A vice-presidente da APPI admite que "há de facto uma situação de duplicação que não será resolúvel este ano", mas garante que está a ser feito um levantamento dos professores de Inglês no desemprego e que não tenham sido integrados neste programa, para que a situação não volte a verificar-se no próximo ano letivo.

a a



comunidade



comentar



imprimir

Comentários